



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14721 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A RAZÃO NEOLIBERAL, EDUCAÇÃO E A SUBJETIVIDADE CONTÁBIL
Kamylla P. Borges - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

A RAZÃO NEOLIBERAL, EDUCAÇÃO E A SUBJETIVIDADE CONTÁBIL

O neoliberalismo não é só uma ideologia ou uma política econômica. É uma razão global que atua em três frentes principais: política, econômica e social. Ao atuar nessas frentes, sua lógica produz certos tipos de relações sociais, maneiras de viver e subjetividades. Nesse sentido, ele é constituído das próprias formas de existência da vida humana. Assim, o neoliberalismo “ comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade e remodela a subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Aqui apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa que pretende discutir a relação entre a razão neoliberal, políticas educacionais e a captura da subjetividade dos indivíduos. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise crítica de teorias e conceitos relacionados ao neoliberalismo, à educação e à formação da subjetividade. Nesse texto, apresentamos a discussão da influência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), enquanto uma política educacional de cunho neoliberal, na construção do novo ensino médio (NEM) e formação das subjetividades dos estudantes por meio do NEM. Essa pesquisa se justifica pela necessidade de compreensão desses fenômenos que tem desempenhado papéis importantes na estruturação das políticas e práticas sociais e individuais contemporâneas, transformando as formas de organização da sociedade de modo geral.

Para compreender o conceito de subjetividade nos ancoramos em Vygotsky, a partir da análise de Molon (2015, p. 118). Para essa autora, na esfera da subjetividade, residem a consciência, a vontade, a interação, a afetividade e o pensamento. É a integração entre

pensamento e emoção, cognição e sentimento, conhecimento e vivência, em um modo contínuo de transição entre o social e o psicológico, e vice-versa. O mundo é o local onde a subjetividade se forma, tanto o mundo físico e biológico quanto o imaginário, simbólico e social. Nessa perspectiva, a referência ao social não é “ao social genérico e abstrato, indiscriminado e absoluto, mas ao social constituído e constituinte de sujeitos” historicamente construídos em condições de vida construídas historicamente.

A consideração do papel do neoliberalismo na formação da subjetividade contribui para o entendimento do porquê esse modelo persiste, mesmo em meio às sucessivas crises econômico-políticas. Gago (2018) ressalta que uma das características fundamentais que mantém o neoliberalismo vivo e enraizado no imaginário social é que ele age de baixo para cima em uma rede de práticas e saberes associada à vida diária dos indivíduos.

Nesse sentido, as subjetividades humanas são moldadas e construídas tendo como principal referência o mercado. Isso porque a principal característica da racionalidade neoliberal é a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. Por conseguinte, na razão neoliberal não se trata apenas da redução do papel do Estado na economia, desregulamentação dos mercados ou privatização de empresas estatais, há também uma busca pela formação de uma nova subjetividade, a subjetivação contábil financeira. Essa subjetivação visa a criação de um indivíduo que se perceba como capital humano, cujo crescimento é contínuo e deve se valorizar incessantemente (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 17).

A originalidade neoliberal está, portanto, na articulação entre as instituições e ação individual. Por um lado, temos a redução do papel do Estado, desregulamentação dos direitos trabalhistas, privatizações, fragmentação da democracia e, por outro, a construção de uma nova dimensão antropológica do ser humano, que se torna um ser humano-empresa. É a formação do agente empreendedor, focado na concorrência como conduta universal essencial ao capitalismo. O mercado não é mais apenas o ambiente onde circulam as mercadorias, mas um processo regulado com motivações psicológicas e competências específicas com sua própria dinâmica autoformadora (DARDOT; LAVAL, 2016)

Esse processo de formação se converte em um pilar da realidade social, permeando e regendo todas as áreas da vida, remodelando o próprio indivíduo, reconfigurando-o de um sujeito preocupado com trocas e satisfação de necessidades para um competidor focado no aperfeiçoamento do capital humano (BROWN, 2023). Daí a importância da educação formal nesse contexto. É preciso construir um ser humano adequado aos princípios neoliberais, tanto para disseminar, promulgar e efetivar seus ideais pautados na concorrência e competitividade do livre mercado, quanto para combater os críticos do capitalismo em si.

Nesse sentido, se o mercado é um processo formativo e se a apropriação do conhecimento é essencial para a hegemonia neoliberal, então a educação tem o potencial e a responsabilidade de impulsionar essa formação do sujeito. Daí a necessidade das reformas nas

políticas educacionais. Para formar esse sujeito neoliberal e competitivo a categoria chave atualmente é o empreendedorismo. O empreendedor é o protagonista central do ideário neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016).

A diretriz da educação passa a ser, então, o empreendedorismo, levando-se em conta a realidade do desemprego estrutural, preparar para o mercado de trabalho ou formar para empregabilidade não é mais suficiente. É necessária uma formação que alcance o âmago do sujeito, que o transforme, ele mesmo, em uma empresa. Para isso, as políticas públicas educacionais são ajustadas, fragmentadas, visando atender uma proposta educativa que leva em conta o mercado. A referência ideal de formação para escola passa a ser o sujeito empreendedor.

Se na década de 1990 as políticas educacionais no Brasil sofreram reformas para se adequar aquele momento de reforma do Estado para adequação aos princípios neoliberais, visando formar trabalhadores flexíveis, polivalentes, competentes, atualmente as últimas reformas educacionais, além de manter esses princípios também passaram a pautar a formação dos indivíduos no ideal de empreendedorismo. Isso porque os trabalhadores têm que aprender a “se virar” nos múltiplos contextos de crises econômicas. Eles próprios têm que ser capazes de assumir as responsabilidades sobre as desigualdades sociais e econômicas produzidas pelo sistema criando condições de sobrevivência em meio a essas disparidades e injustiças sociais.

No Brasil, esse ideal de formação do sujeito empreendedor na educação formal apareceu oficialmente a partir das últimas reformas das políticas educacionais: Lei nº 13.415/2017, o chamado Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017) e a BNCC (BRASIL, 2018). Embora o termo "empreendedorismo" possa não ser explicitamente mencionado na lei do novo ensino médio, a reforma está intimamente relacionada ao ideário neoliberal de formação e interligada a BNCC no contexto da legislação brasileira. Desse modo, a BNCC associa as bases pedagógicas e os objetivos de aprendizagem para o ensino médio com o empreendedorismo. O documento traz no trecho relacionado às finalidades do ensino médio cinco tópicos que descrevem como deve se estruturar a educação voltada para acolhimento das juventudes, destes cinco, dois estão diretamente ligados ao empreendedorismo (BRASIL, 2018)

A BNCC traz também o empreendedorismo como uma “competência essencial” para o “desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e empregabilidade (BRASIL, 2018, p. 466). Ao utilizarmos o método dedutivo para analisar essa associação de empreendedorismo como competência essencial para o desenvolvimento pessoal, cidadania, inclusão e empregabilidade vamos chegar aos seguintes teoremas: o desenvolvimento do empreendedorismo é fundamental para o crescimento e a realização individuais, indivíduos com habilidades empreendedoras estão mais propensos a participar ativamente da sociedade, têm maior probabilidade de encontrar oportunidades de emprego e/ou criar seus próprios meios de subsistência e o empreendedorismo pode desempenhar um papel na redução de

desigualdades e na promoção da participação de todos os grupos sociais na economia e na sociedade.

Por conseguinte, nesse modelo de educação o empreendedorismo passa a ser uma categoria chave para a formação humana, seu desenvolvimento está associado ao sucesso individual, a constituição da cidadania e ao destaque no mundo trabalho e a inclusão social e esses são os ideais de formação que vão moldar as subjetividades dos estudantes. Os jovens serão educados, não para compreender sua própria realidade e se inserir de forma ativa na sociedade, mas para se adequar ao sistema buscando ele próprio soluções para os seus problemas, em uma atitude individualista, calcada na competição e que escamoteia os conflitos e desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo.

Essa visão endeusada do empreendedor traz consequências negativas para o sujeito e para a sociedade de forma geral. O empreendedorismo é fundamentado na priorização do individualismo e a busca por lucro pessoal pautado na meritocracia, essa concepção escamoteia o papel do capitalismo na produção das desigualdades sociais ao mesmo tempo em que reforça essas desigualdades, ampliando a exclusão e marginalização sociais. Outro ponto crítico é a precarização do trabalho, uma vez que a formação dos estudantes estará pautada no empreendedorismo, mais e mais jovens irão adentrar o mundo do trabalho assumindo riscos em trabalhos com péssimas condições, sem garantias, estabilidade ou proteção da legislação trabalhistas.

Os estudantes no novo ensino médio estão sendo formados e moldados por meio da construção de subjetivação contábil financeira para acreditarem que ao se submeterem a essa conjuntura terão melhores condições de vida e sucesso pessoal, alienados de um conhecimento crítico e sem compreensão de sua realidade ou da sociedade em que estão inseridos, sem de fato exercer a cidadania. Apenas se enquadrando e aceitando os princípios neoliberais como verdade absoluta.

Além disso, a valorização excessiva do empreendedorismo leva à marginalização de disciplinas e áreas do conhecimento que não se encaixam nesse modelo, como as artes, humanidades e ciências sociais, resultando em um empobrecimento da formação geral dos estudantes, como foi constatado em pesquisas sobre a implementação do novo ensino médio (CÁSSIO; GOULART, 2022). Ademais, a cultura do empreendedorismo promove uma concepção utilitarista da educação, na qual o conhecimento é medido apenas pela sua aplicabilidade prática no mercado de trabalho, desconsiderando aspectos como a formação de cidadãos críticos, e reflexivos pautados numa verdadeira cidadania. Isso pode levar a uma educação cada vez mais instrumentalizada e focada em resultados quantificáveis, em detrimento da formação integral e de qualidade dos estudantes.

Palavras-Chave: razão neoliberal. Políticas educacionais. Educação. Subjetividade. BNCC

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2023.

GAGO, Verónica. A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. 1°. ed. São Paulo: Elefante, 2018.

MOLON, Susana Inês. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: RJ, Vozes, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007.... Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 10 abril 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** A educação é a base. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, acesso em: 15 março. 2024.